

Representações discursivas sobre abandono afetivo e abuso sexual na infância em relatos de alunas da Educação de Jovens e Adultos

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v50i3.2932>

Schneider Pereira Caixeta¹

Resumo

Este trabalho analisa as representações discursivas sobre o abandono afetivo e o abuso sexual em redações escritas por alunas do Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em entrevistas realizadas com elas. A fundamentação teórica e metodológica é a Análise de Discurso Crítica, mais especificamente a Abordagem Dialético-Relacional, de Norman Fairclough. O *corpus* da pesquisa é formado por trechos das redações e das entrevistas realizadas e, para sua análise, são empregadas as categorias escolhas lexicais, intertextualidade e interdiscursividade, e a representação de eventos e de atores sociais. Compreende-se que a recorrência de relatos das práticas analisadas aponta para a complexidade das experiências vivenciadas pelas alunas da EJA em suas infâncias e que compreender como elas representam esses eventos é parte importante a ser considerada no processo educacional.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Educação de Jovens e Adultos; infância; abuso sexual; abandono afetivo.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil; spcaixeta@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4044-3220>

Discursive representations about child neglect and sexual abuse in reports by students of Youth and Adult Education

Abstract

This paper analyzes discursive representations about child neglect and sexual abuse in compositions written by female Youth and Adult Education students and in interviews conducted with them. The theory and method used is Critical Discourse Analysis, more specifically Norman Fairclough's Dialectic-Relational Approach. The research corpus is composed of excerpts from the compositions and interviews. For its analysis, we use the categories lexical choices, intertextuality, and interdiscursivity, and the representation of social events and social actors. It is understood that the recurrence of reports of the analyzed practices points to the complexity of the experiences lived by the students in their childhoods and that understanding how they represent these events is an important part to be considered in the educational process.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Youth and Adult Education; childhood; sexual abuse; child neglect.

Introdução

O principal objetivo do feminismo é eliminar o sexismo institucionalizado, o patriarcado, que Delphy (2009, p. 173) define como “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”.

hooks (2018, n.p.) afirma que “Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas”. São várias as formas como o sexismo encontra-se institucionalizado e, ao longo da vida, a mulher, desde antes de seu nascimento, encontra-se presa em um emaranhado de práticas que perpetuam o patriarcado. Dentre essas práticas, destacamos neste trabalho a incidência do abandono afetivo e do abuso sexual durante a infância de alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Durante oficinas de redação realizadas em uma escola pública que oferece exclusivamente aulas na modalidade EJA, foi possível perceber a recorrência de relatos de abandono afetivo e de abuso sexual sofridos pelas alunas na infância. Através de trechos selecionados das redações e de entrevistas realizadas posteriormente com as alunas, que geraram os dados desta pesquisa, demonstraremos a relevância desses fatores nas lembranças dessas alunas sobre suas infâncias.

Para este trabalho, adotamos a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), uma teoria que possibilita, por meio da análise de textos, compreender os discursos como momentos de práticas sociais e pensar ações que possibilitem a intervenção em situações que se configuram como problemas sociais. O discurso é entendido pela ADC como uma forma de prática social (TITSCHER *et al.*, 2000), ou um momento da prática social (FAIRCLOUGH, 2003), visão que possibilita compreender que o discurso está em uma relação dialética entre um evento discursivo e a situação, instituição e estrutura social que o engloba. Essa relação dialética, para Wodak e Fairclough, é um caminho de duas mãos, visto que o evento discursivo é moldado por situações, instituições e estruturas sociais, mas também as molda (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, p. 55 *apud* TITSCHER *et al.*, 2000, p. 26).

Entretanto, é necessário que entendamos que a vida social não se reduz ao discurso. Por isso, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 6) baseiam-se em Harvey (1996), que considera o discurso como um momento da prática social, dentre seis (discurso/linguagem, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições/rituais e crenças/valores/desejos), os quais internalizam e constituem uns aos outros. Assim é que os autores propõem usar o termo discurso para referir-se aos elementos semióticos das práticas sociais, podendo incluir as linguagens escrita e falada, e até mesmo a combinação dessas com outros elementos semióticos, como a música, além de manifestações não-verbais da comunicação e imagens visuais.

Para a análise do *corpus* de pesquisa, são utilizadas as seguintes categorias analíticas:

Escolhas lexicais: visto que as possibilidades de relação entre os significados e as palavras são várias, ou, conforme coloca o autor, de muitos-para-um e não de um-para-um, lidamos o tempo todo com escolhas quanto a quais palavras usar e a como interpretar as palavras usadas por outros, ou seja, temos à nossa disposição uma grande variedade de possibilidades de emprego e de interpretações das palavras. “Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 239).

Intertextualidade e interdiscursividade: Fairclough (2016, p. 119), ao discorrer sobre a intertextualidade, a define como “basicamente a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. Essa propriedade é uma característica intrínseca dos textos, o que nos remete ao dialogismo de Bakhtin, para quem o enunciado (texto, para Fairclough) encontra-se delimitado por “um princípio absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 275), estando em relação constante com o já dito e com o que virá a

ser dito. Tal ligação de um texto com outro é ainda explicada por Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 41):

Eles são constituídos em uma continuidade discursiva, de sorte que vão se sucedendo, uns fazendo referência a outros, incorporando sentidos, projetando outros para novos textos que o sucederão, articulando silêncios e interditos, evidenciando regularidades, limites, e permitindo o reconhecimento das formações discursivas a que os textos em questão pertencem.

A análise da intertextualidade possibilita verificar “quais textos e vozes são incluídos, quais são excluídos e quais ausências significantes existem?” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 47).

Já o outro, a interdiscursividade, refere-se ao âmbito das ordens de discurso, ou seja, como o conjunto das práticas discursivas de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42).

Assim, consideramos que, mesmo quando a presença de um texto em outro não acontece de maneira explícita, há no texto outros discursos que o constituem, o que consiste na interdiscursividade.

Representação de eventos sociais e atores sociais. Para analisar a representação de eventos sociais, Fairclough (2003) propõe que se verifique quais elementos são incluídos ou excluídos nas representações dos eventos e quais recebem maior destaque. Para analisar a representação dos atores sociais, utilizaremos a teoria de van Leeuwen (1997), que explica as variadas maneiras como o discurso representa os atores sociais. De acordo com o *corpus*, mostra-se predominante a forma de representação por identificação relacional, representando, nesta pesquisa, as relações de parentesco entre os atores sociais.

Chouliaraki e Fairclough (1999), ao discorrerem sobre os estágios da análise a ser feita na ADC, nos apresentam o percurso metodológico que compreende as seguintes fases: a execução de uma análise de discurso crítica começa com a identificação de um problema social relacionado ao discurso. Em seguida, parte-se para a análise de conjuntura, buscando entender as práticas sociais às quais o discurso associa-se. A análise seguinte recai sobre as práticas particulares nas quais aquele discurso em questão está inserido, buscando notar se há práticas relevantes para a análise ou buscando as relações do discurso com outros momentos. A análise de discurso é “simultaneamente orientada para a estrutura e para a interação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63), vislumbrando as ordens do discurso que controlam a interação e atentando-se para a relação

interdiscursiva. Na investigação da função do problema, busca-se compreender se essa parte problemática do discurso desempenha uma função específica na prática social. A investigação dos modos de ultrapassar os obstáculos constitui-se, para os autores, como parte da transformação do “que é” para o “que deve ser”. A ADC preocupa-se sempre em apresentar possíveis soluções para os problemas investigados, e esse estágio da análise visa apresentar essas sugestões de mudança nas práticas sociais analisadas. Por fim, a reflexão sobre a análise é essencial, visto ser essa uma das características de uma análise de discurso que se pretende crítica. Ressalta-se que o analista não precisa necessariamente seguir a ordem proposta nesse enquadre, ficando livre para adaptar o percurso à realidade de sua investigação.

Memórias de abandono afetivo e abuso sexual

Para início, apresentamos abaixo um trecho de um texto autobiográfico escrito pela aluna Edna²:

1. Tive uma infância bem difícil, pois perdi meu pai quando eu tinha apenas 3 anos de vida e depois desse ocorrido fui separada de minha mãe, indo morar com minha avó paterna pelo fato do falecimento de meu pai ter sido assassinado minha avó ficou muito doente pela crueldade vivida pela perda de um filho, tentando substituí-lo me pegou e foi para longe de minha mãe, apesar de minha avó ser muito boa para mim, as condições que vivíamos não ajudava, e cada dia ela ficava mais doente (depressão). Então fui morar com uma tia-avó, mas foi onde tudo piorou pois ela já tinha 5 filhas mulheres e 1 homem, então eu era tratada como intrusa, ficava apenas com os restos, ou seja virei a empregada da casa, minha tia bebia muita pinga e sempre que chegava em casa ela sentia prazer em judiar de mim, me batia até arrancar sangue, cortava meus cabelos igual de menino passava cocô no meu rosto... ou seja judiava bastante e como tudo isso não bastasse fui estrupada por seu marido por quase 1 ano até que descobrissem (quando criei coragem de contar para uma amiga) e quando descobriram me judiaram mais ainda, parecendo que eu tinha culpa pelo que estava acontecendo uma criança que era agredida e abusada com apenas 9 anos onde iniciou quando eu tinha apenas 8. E quando essa tia descobriu aí que ela sentiu raiva de mim mesma, perdoou o que ele havia feito e fazia eu ir para a igreja de mãos dadas com ele, com 10 anos eu fugi da casa dela, mas o conselho me apanhou e me levou de volta, fui obrigada a viver onde eu não queria...

No excerto acima, Edna descreve a sua infância como um período repleto de eventos trágicos. Após a morte de seu pai, que fora assassinado, o seu cuidado ficou a cargo de sua avó paterna, que a separou da mãe. Com o adoecimento dessa avó por depressão, em decorrência do assassinato de seu filho, o cuidado da aluna foi passado para uma tia-avó. Percebe-se, assim, que na medida em que aconteceu uma sucessão de perdas na vida da aluna (primeiro ela perdeu o pai, depois foi separada da mãe, depois foi afastada da

² Por razões éticas, são adotados no trabalho nomes fictícios como forma de referência às alunas.

avó paterna), foi ocorrendo também o deslocamento da responsabilidade sobre a aluna, que foi de familiares mais próximos para familiares mais distantes: a responsabilidade passou de pai e mãe para a avó paterna, e depois para a tia-avó. Isso ocasionou também um deslocamento na sua posição enquanto participante no conjunto familiar, passando de filha a neta e a sobrinha-neta. Apesar de possuir um vínculo de parentesco com a sua tia-avó e com os outros moradores da casa, a aluna utiliza os termos **intrusa** e **empregada** para descrever a sua situação naquele lugar.

Ao referir-se a si mesma como **intrusa**, entendemos que ela não tinha uma sensação de pertencimento ao local que habitava, o que indica que os outros sujeitos mencionados no trecho (a tia-avó e suas cinco filhas, filho e marido) recebiam tratamento privilegiado em relação à aluna. De fato, a relação de parentesco entre Edna e os outros habitantes da casa era mais distante do que a relação que a ligava aos pais e à avó paterna, o que poderia significar, por si só, uma sensação de não pertencimento àquele núcleo familiar.

Morando na casa da tia-avó, ela afirma que sua posição era mais como **empregada** da casa do que como membro da família. Entretanto, o tratamento alegadamente recebido por ela não condizia nem com o esperado para a condição de sobrinha-neta, uma parente, nem com a de empregada, pois as ações da tia-avó são descritas no texto com características de um comportamento sádico, com atos humilhantes como dar os restos, bater, cortar o cabelo curto e passar cocô no rosto. Ao utilizar o termo **empregada**, podemos inferir que a aluna desempenhava os trabalhos domésticos da casa, apesar de não haver menção a qualquer remuneração pelos trabalhos provavelmente realizados. Esse fato nos remete a uma situação de escravidão, uma vez que ela realizava um trabalho sem remuneração, recebia os restos da família, sofria punições e humilhações e era capturada quando fugia. Uma outra escolha lexical que se destaca é a colocação **prazer em judiar**, sentimento que, segundo a aluna, a tia-avó sentia, o que a levava a realizar atos sádicos contra ela. O que possibilita a constatação de sadismo é justamente o prazer que a aluna afirma que a tia-avó sentia ao maltratá-la.

Embora perpetuada por uma mulher, a violência contra Edna também é uma violência relacionada ao sistema patriarcal. hooks (2018) entende que muita da violência patriarcal ocorre contra crianças e é praticada por homens e mulheres sexistas. Apesar de o foco principal do feminismo ser a violência contra mulheres, ela não deve ser considerada mais horrenda do que outras formas de violência patriarcal, incluindo aquela praticada contra as crianças.

A verdade é que crianças não têm uma voz coletiva organizada para expressar a realidade de como são frequentemente alvo de violência de mulheres. Se não fosse pelo alto número de crianças procurando atendimento médico em consequência da violência cometida por mulheres e homens, não haveria provas que documentassem a violência feminina. (hooks, 2018, n.p.).

Além disso, Edna relata ter sido estuprada recorrentemente pelo marido da tia-avó, o que durou por quase um ano, até que ela criasse coragem para contar para uma amiga. Ao relatar os estupros que sofria, a aluna diz que eles foram descobertos, porém, ela mesma esclarece que a descoberta só ocorreu quando ela finalmente conseguiu contar sobre os crimes para uma amiga: “fui estropada por seu marido por quase 1 ano até que **descobrissem** (quando criei coragem de contar para uma amiga)”. Por isso, devemos considerar que não se trata de uma descoberta dos atos criminosos, mas sim de uma denúncia feita pela própria vítima.

Após os familiares tomarem conhecimento, ela teve que enfrentar o processo de culpabilização da vítima, muito comumente imposto a mulheres vítimas de estupro. Ela relata que, além de culpá-la pelo ocorrido, a tia-avó perdeu o marido estropador e persistiu nos atos de sadismo ao fazê-la entrar na igreja de mãos dadas com ele. Assim, há também na redação de Edna a presença do discurso da culpabilização da vítima, pois tende-se a culpar a vítima pelo abuso em vez de culpar-se o abusador: “parecendo que eu tinha culpa pelo que estava acontecendo”. Procura-se sempre encontrar um motivo para justificar os atos de um abusador, colocando-se a mulher como responsável pelo próprio abuso sofrido. A circulação desse discurso ocorre muito intensamente, por exemplo, nas redes sociais e nos comentários de notícias da internet, espaços em que o anonimato dos usuários é propício para a expressão de discursos machistas.

Edna utiliza o recurso da ironia para referir-se aos acontecimentos trágicos que já havia sofrido quando enuncia: “e como tudo isso não bastasse”. Ela enfatiza, assim, que o que ela já havia sofrido era demais para uma criança de sua idade, mas também denuncia que mais coisas ruins ainda aconteceriam a ela, a saber, o crime de estupro do qual seria vítima.

Por fim, a aluna aponta para a falha do sistema quanto a lidar com esses crimes, uma vez que ela, após ter fugido de casa por não aguentar mais as situações de abuso, foi capturada pelo Conselho Tutelar e obrigada a voltar a morar naquele lugar onde não queria viver.

Quando perguntada sobre a sua infância na entrevista, a aluna repetiu sucintamente o que havia escrito na autobiografia e evidenciou o peso do abandono afetivo e do abuso sexual sofrido como eventos que marcaram a sua infância. Edna usa a colocação **fiquei num canto** para denotar que ocupava uma posição de rejeitada na casa da tia-avó. Geralmente fica num canto algo, e não alguém, que não tem mais utilidade ou valor, o que leva a pensar a posição ocupada por Edna na sua infância como uma posição de rejeição. Essa escolha lexical remete também a um objetificação da aluna, o que é corroborado pela recorrência do estupro que ela sofria.

2. Como foi a sua infância?

Bem sofrida. Eu perdi meu pai, meu pai foi assassinado quando eu tinha três anos, por um vizinho, logo a minha mãe voltou pra São Luis de Montes Belos, onde morava a família dela e eu fiquei com a minha avó paterna e minha avó entrou em depressão pela perda do meu pai e eu fiquei num canto e morando com uma tia onde eu fui abusada e sofri maus tratos lá.

E qual evento marcou a sua infância?

O abuso.

Essas situações de abandono afetivo bem como de abuso sexual apareceram em várias redações produzidas pelas alunas da EJA nesta pesquisa. O seguinte excerto, também trecho de uma autobiografia, foi escrito por Eliane e nele também aparecem os temas:

3. Cresci em um lar muito tenso, meu pai era alcoólatra minha mãe era muito nova quando se juntou com meu pai. Quando criança presenciei muita coisa feia, brigas, violência e muita desunião. Aos 7 anos minha mãe não suportou os maus tratos do pai e foi embora, deixando eu e meu irmão com nossa avó paterna. Porém, no mesmo lote morava meu pai, como eu disse antes um alcoólatra.

Resumindo fui abusada sexualmente pelo meu próprio pai, a quem devia me dar amor, proteção e carinho. Fui abusada também por um tio e um primo. Hoje todos por motivos de alcoolismo não estão mais vivos. Nossa avó somente nos alimentava não tinha tempo para nos educar, amar, cuidar.

Neste trecho de seu texto autobiográfico, a aluna define o lar em que cresceu como **muito tenso**, enfatizando o alcoolismo de seu pai e o fato de sua mãe ser muito nova quando se juntou a ele. No enunciado “meu pai era alcoólatra minha mãe era muito nova quando se juntou com meu pai”, é estabelecida a intertextualidade por meio da pressuposição de que as condições do pai e da mãe eram desfavoráveis para a criação de Eliane, possibilitando que se entenda o alcoolismo do pai e a pouca idade da mãe como fatores que contribuíram para que ela não tivesse uma boa infância. O alcoolismo de seu pai é enfatizado mais à frente, quando Eliane retoma a própria voz: “como eu disse antes um alcoólatra”, pressupondo, uma vez mais, o vício do pai como um fator complicador em sua infância.

A aluna relata o seu abandono por parte da mãe em virtude dos maus tratos do marido, deixando os dois filhos com a avó paterna. A escolha da aluna pelo termo **tenso** para definir o seu lar justifica-se pelos termos que ela emprega para descrever aquilo que ela presenciava em casa: **brigas, violência, desunião**. Esses termos opõem-se aos termos que ela usa para indicar o que foi negado pelo pai (**amor, proteção e carinho**) e pela avó (**educar, amar e cuidar**). Assim, ao colocar que a mãe abandonou o lar por causa dos maus tratos do pai, Eliane, de certa forma, eufemiza as práticas de violência doméstica que presenciou quando menina.

Ela também sofreu abuso sexual, por sua vez, pelo próprio pai, que ela diz que deveria prover amor, proteção e carinho. Além disso, os abusos também aconteceram por um tio, e por um primo, ou seja, todos familiares, o que demonstra que abusos sexuais acontecem muitas vezes dentro da casa da própria vítima e são cometidos por pessoas próximas a ela. A avó, quem aparentemente era a responsável pela aluna, apenas a alimentava, não tendo tempo para dar educação, amor e cuidado.

A falta de zelo da avó é explicitada mais profundamente por Eliane na entrevista:

4. Isso, eu acho que desperta muita coisa, então acho que, se tivesse tido mais orientação, eu era muito jogada, assim, a vida criava. A minha avó, foi com quem eu morei, ela só dava comida, mas zelar, se tá vestindo roupa, se tá tomando um banho, se tá pra rua, é, então, assim, muito sem, criado sem limite, sem, sem cuidado, sem, sem zelo, né, então, praticamente, eu posso dizer que a vida me criou. E eu acho que a sorte, a minha sorte, é que eu sempre fui mais medrosa, então o medo que eu tinha na época, na infância, cuidou de mim, o medo que me protegeu de uma certa...

Neste trecho de sua entrevista, Eliane mostra acreditar que o tipo de criação que recebeu acabou tendo consequências em sua vida, pois a avó, que era a responsável por ela, fazia apenas o básico, que era dar comida, falhando em prover as outras coisas, principalmente o **zelo**, bastante salientado pela aluna. A aluna destaca o medo que tinha como um fator positivo que teria ajudado na sua sobrevivência. Aqui, a aluna enfatiza processos da infância que devem ser geralmente providos por adultos: **orientação, zelar, cuidado, zelo, criou, cuidou, protegeu**. Esses processos demonstram-se ausentes na infância da aluna, uma vez que ela não teve orientação suficiente, a avó não zelava, ela e o irmão eram criados sem cuidado e sem zelo, e ela vivia **jogada**. A palavra **jogada** relaciona-se com a colocação **fiquei num canto**, utilizada pela aluna Edna em sua redação. Ambas as expressões apontam para um desprezo pela vida das alunas quando crianças. As semelhanças entre os relatos de infância das duas alunas vão além, tendo em comum os seguintes elementos: ausência do pai, ausência da mãe, alcoolismo na família, responsabilidade deslocada para outros que não os pais e abuso sexual cometido por familiares.

Dada a sua situação de abandono afetivo, Eliane afirma ter sido criada pela vida (“posso dizer que a vida me criou”) e pelo medo (“então o medo que eu tinha na época, na infância, cuidou de mim, o medo que me protegeu de uma certa...”). Ou seja, o fato de não ter tido o zelo nem do pai nem da avó fez com que ela fosse ensinada pela vida, pelos seus instintos, como o medo, uma vez que nem sempre a vida ensina da forma mais fácil.

No trecho do texto autobiográfico abaixo, de Clarice, temos o relato de abandono afetivo associado à necessidade da mãe de trabalhar.

5. Essa mudança foi um período muito difícil pois, minha mãe precisava trabalhar e não tinha com quem me deixar pois o trabalho dela não poderia levar crianças. Foi aí então que ela resolveu me colocar em um abrigo para crianças e adolescentes. Lá passei por muitas dificuldades com relação para adaptar-me, pois nunca havia me separado de minha mãe. Mas, não demorei muito tempo por lá; porque apareceu um senhor que se apaixonou por ela e assim, eles casaram e logo fui morar com eles. Graças a essa pessoa hoje me tornei a pessoa que sou.

A aluna relembra o tempo em que sua mãe, ao conseguir um emprego novo, precisou abdicar de sua guarda para poder trabalhar, pois não era permitido levar meninas para o trabalho, tendo que deixá-la em um abrigo para crianças e adolescentes, onde ela teve dificuldades para se adaptar. Ela só saiu de lá quando um senhor se apaixonou pela sua mãe, casando-se com ela e levando Clarice para morar com eles.

Contudo, ao mencionar o mesmo evento na entrevista, a aluna revela que a proibição quanto a crianças no trabalho aplicava-se somente a ela, uma menina, e não ao seu irmão, pois a ele, apesar de também ser criança, era permitido ficar no trabalho da mãe.

6. E ela foi trabalhar num, tipo assim, uma espécie de pensão, fazendo alimentação, né? E só que foi difícil porque quando ela chegou pra trabalhar, que ela me levou, né, não aceitaram, não queriam aceitar porque lá não podia ficar criança, do sexo feminino. E aí eu tinha um irmão, que tinha na época dois anos de idade; o menino pôde ficar e eu não.

Por que não podia?

Porque tinha muito homem transitando lá dentro, tinha aquele negócio de assédio, essas coisas, como existe até hoje, hoje ainda é pior. E aí ela resolveu me internar num orfanato, mas eu fiquei pouco tempo, acredito que eu fiquei, eu não lembro muito bem, mas eu fiquei eu acho que uns seis meses por lá. E aí ela conheceu uma pessoa, uma pessoa maravilhosa. E aí eles, eles se casaram; ela falou que tinha eu, que tava internada, que ela não podia tirar... eu só podia sair de lá na hora que ele, que ela casasse, então, ou ficar interna num colégio. Aí ele pegou e eles casaram, aí ele assumiu, me assumiu, eu e meu irmão, aí foi lá e tirou eu de lá.

Clarice diz que a mãe foi trabalhar em uma espécie de pensão, onde "tinha muito homem transitando lá dentro". O relato não deixa claro que tipo de estabelecimento exatamente era esse em que sua mãe trabalhava e nem o motivo pelo qual, diante da possibilidade iminente de assédio ("tinha aquele negócio de assédio, essas coisas"), foi permitido que o irmão de dois anos de idade ficasse com a mãe enquanto Clarice precisou ir para um orfanato. De qualquer forma, há no trecho a pressuposição de que homens abusam de meninas, uma vez que a justificativa para que ela não pudesse ficar no trabalho da mãe era o fato de haver muitos homens transitando lá.

Além disso, Clarice incorpora o discurso de que hoje em dia há mais abusos sexuais do que antigamente. Na realidade, entre inúmeros fatores, essa impressão pode ser causada pelo fato de hoje as mulheres terem mais coragem para denunciar os abusos que sofrem do que tinham antigamente e pelo fato de atualmente haver medidas legais que atuem contra a violência doméstica.

Na redação, Clarice diz ainda que a mãe “resolveu me **colocar** em um abrigo”, enquanto na entrevista ela diz que “ela resolveu me **internar** num orfanato”. Contudo, o fato de a aluna relatar que estava internada, que a mãe não podia tirá-la de lá, e que só poderia sair do orfanato quando a mãe se casasse, possibilita a interpretação de que a internação da aluna em um orfanato talvez não tenha sido uma escolha da mãe, mas sim uma situação compulsória, o que não fica explicado em seu relato.

A aluna Pâmela, por ter vivenciado situação de orfandade, teve que passar parte de sua infância em um orfanato. Na entrevista, ela menciona que a mãe usava e vendia drogas e morreu de overdose e o motivo da morte do pai não é mencionado. No caso de Pâmela, quem conseguiu resgatá-la do abandono parental foi seu irmão mais velho, que, após conseguir ter uma estrutura na vida, trabalhar a vida inteira e constituir a família dele, conseguiu tirá-la do abrigo. Percebe-se, quando Pâmela fala do irmão, a presença do discurso da ascensão social e da realização pessoal por meio do trabalho, uma vez que seu irmão, ao trabalhar a vida inteira, constituir sua família e conseguir a sua casa, teve estrutura para tirá-la do abrigo.

7. **E como foi a sua infância?**

Muito ruim.

Muito ruim? Por quê?

Eu perdi os meus pais quando eu tinha dez anos e eu fui pra um orfanato com os meus irmãos, então eu passei minha vida toda, e saí ano passado.

Saiu do orfanato ano passado. E seus irmãos saíram? Continuam?

Saíram, todos. O primeiro que saiu foi meu irmão mais velho, que tem vinte e oito anos, e ele, tipo assim, trabalhou a vida inteira, conseguiu constituir a família dele, é, conseguiu a casa dele, daí, quando ele teve estrutura, ele conseguiu me tirar de lá.

A realização das entrevistas foi decisiva para verificarmos que a ocorrência dos abusos sexuais nas infâncias das alunas era algo muito frequente, visto que foram relatados por várias alunas. O trecho abaixo de uma resposta de Carolina na entrevista:

8. O que marcou minha infância? Ah, o que marcou minha infância foi quando eu morava mais minha mãe e eu era molestada pelo meu padrasto e foi então que eu decidi mudar. E daí então eu pedi pra ela mudar pra casa do meu pai, porque aí eu não tava, eu percebia aquela situação e eu não queria contar pra ela. E aí aconteceu isso, e isso é o que marcou minha infância de ruim foi isso.

O abuso sexual sofrido por Carolina foi o fato levantado por ela como algo que marcou a sua infância, quando morava com a mãe e era abusada pelo padrasto. Ela demonstra a preocupação em não contar para a mãe sobre os abusos, o que fez com que ela apenas pedisse para se mudar para a casa do pai. Tal preocupação em não contar para a mãe sobre os abusos sofridos também aparece no relato de Vanessa:

9. Quando meu irmão tentou me abusar. Aí isso marcou pra caramba. Tentou não, ele, na verdade, abusou, ele só não chegou num ato maior porque, no caso, na época eu era virgem, então, eu era criança, ele nunca tentou, mas assim, ele usava droga, essas coisas, ele chegava em casa e ficava pegando, sabe, no meu corpo, essas coisas, ninguém sabe, da família, assim, eu nunca contei porque, tipo, às vezes a gente fica com vergonha, a mãe dele acho que não acreditaria, que é a mulher que me criou, tipo assim, não que ela, sabe, assim? Ele, esses dias mesmo, tava ocorrendo na justiça que ele tava com um caso também de estar fazendo isso com a filha dele hoje em dia, que tem cinco anos.

Vanessa relata o abuso sofrido pelo irmão de criação quando ainda era criança. Segundo ela, o irmão usava drogas e tocava em seu corpo quando chegava em casa, pressupondo que, ao se drogar, o irmão praticava atos indevidos em casa por estar sob efeito das substâncias. É necessário ressaltar que o crime de estupro não deve ser justificado de forma alguma, nem com a culpabilização das vítimas, nem em vícios dos abusadores. Ao referir-se aos abusos que sofreu por parte do irmão, a aluna faz escolhas lexicais mais amenas para defini-lo (**abusar, ato maior, pegando, essas coisas, isso**). Essa eufemização relaciona-se com a vergonha que a aluna diz sentir com relação aos atos sofridos por ela. Quando Vanessa afirma que o irmão tentou abusar dela, ecoa em sua fala o discurso de que o abuso ocorre somente quando há a consumação de um ato sexual com penetração. Porém, ela mesma, por meio do recurso da negação, corrige a sua própria concepção, ao afirmar que “tentou não, ele, na verdade, abusou”.

No trecho da entrevista de Vanessa, fica evidente o temor que a mulher sente em denunciar um abusador, principalmente porque ela crê que ninguém vai acreditar em sua palavra. Por isso, ela nunca chegou a contar para a mãe do rapaz, que é também a sua mãe de criação. Além disso, o fato de Vanessa ter tido uma mãe de criação denota que, semelhantemente a Edna, Eliane e Clarice, a aluna também experienciou o abandono afetivo por parte de seus progenitores.

Ainda, segundo ela, há mais relatos de abusos cometidos por seu irmão, introduzindo em seu relato uma voz de autoridade, ao citar que corre na justiça uma denúncia contra o seu abusador, que estaria cometendo os mesmos atos contra a filha, de apenas cinco anos de idade. Uma das características do abuso sexual infantil é a sua perpetuação, visto que o abusador continua a cometer esse crime até que seja descoberto. Dada a dificuldade que as vítimas encontram para denunciar as práticas de abuso, como no caso de Vanessa, muitas vezes o abuso perpetua-se por gerações.

A categoria da representação de eventos sociais nos permite perceber que a representação do abuso sexual acontece em um nível de abstração generalizado, evidenciando a abstração sobre uma série ou um conjunto de eventos sociais, o que aponta para o caráter recorrente da prática dos abusos. Dentre os elementos dos eventos sociais, são incluídos nos relatos as formas de atividades, as pessoas, as relações sociais, o tempo e o espaço, conforme podemos perceber nos trechos elencados abaixo:

10. “fui estuprada por seu marido por quase 1 ano até que descobrissem”; “eu fiquei num canto e morando com uma tia onde eu fui abusada e sofri maus tratos lá” (Edna).
11. “no mesmo lote morava meu pai, como eu disse antes um alcoólatra”; “fui abusada sexualmente pelo meu próprio pai. Fui abusada também por um tio e um primo” (Eliane).
12. “o que marcou minha infância foi quando eu morava mais minha mãe e eu era molestada pelo meu padrasto” (Carolina).
13. “Quando meu irmão tentou me abusar”; “Tentou não, ele, na verdade, abusou” (Vanessa)

Nos eventos descritos, processos materiais, nos quais os participantes são um ator e um afetado (**estuprada, abusada, abusada sexualmente, molestada, abusar e abusou**), percebe-se que há a inclusão dos atores e até mesmo sua ênfase. Com exceção do relato de Vanessa, as orações são construídas na voz passiva. Mesmo na voz passiva, não há a supressão do agente, que é sempre incluído (**por seu marido, pelo meu próprio pai, por um tio e um primo, pelo meu padrasto**). Em todos os relatos, a inclusão dos agentes evidencia as relações sociais entre os participantes (marido, pai, padrasto, tio, primo, irmão). Assim, há o destaque dos agentes dos processos materiais que denotam os abusos sexuais.

As circunstâncias dos eventos sociais, como tempo e espaço, são determinantes para entendermos os relatos como problemas sociais muito sérios, uma vez que indicam as práticas dos abusos como eventos repetidos e duradouros, ocorridos, quando as alunas eram crianças e cometidos dentro de sua própria casa (“**por quase 1 ano até que**

descobrissem”, “morando com uma tia onde eu fui abusada e sofri maus tratos lá”, “no mesmo lote morava meu pai”, “quando eu morava mais minha mãe e eu era molestada pelo meu padrasto”).

Ao analisarmos a forma como os atores sociais são representados nos relatos das alunas sobre a infância, percebemos, nos textos relacionados ao abandono afetivo e ao abuso infantil, a predominância da identificação relacional, processo que define os atores sociais em termos de suas relações pessoais, de parentesco ou de trabalho. Conforme podemos verificar, as alunas vítimas de abandono afetivo e/ou abuso sexual, tinham pouca ou nenhuma relação com a mãe nesse período; mesmo assim, a mãe é incluída em quase todos os relatos. O pai, por sua vez, ou é excluído dos relatos (Clarice, Vanessa) ou aparece como ausente por causa de morte (Edna, Pâmela). Há também a representação do pai como sendo quem comete os abusos (Eliane), e como quem resgata a filha dessa situação (Carolina). Igualmente, a figura do padrasto aparece nos relatos ora como o abusador (Carolina), ora como quem resgata a criança de uma situação de abandono (Clarice). A predominância da identificação relacional para representar os atores sociais em textos referentes a momentos tão tristes de suas vidas denuncia que essas alunas têm memórias de suas infâncias relacionadas a acontecimentos trágicos, que foram causados predominantemente pela própria família.

Verificar que essas memórias ruins estão diretamente relacionadas ao contexto familiar dessas alunas em suas infâncias é algo preocupante, pois leva-nos a perceber que uma fase de vida que deveria propiciar a essas meninas a oportunidade de desenvolvimento pleno, configura-se como um período cuja lembrança causa dor. A convivência familiar é um direito da criança e do adolescente. No âmbito legal, Diniz destaca que essa convivência precisa ser orientada pela preservação da dignidade da criança e do adolescente como humanos, garantindo a presença do afeto, o que leva ao seu bem-estar.

O direito à convivência familiar deve ter como paradigma o respeito à dignidade da criança e do adolescente como pessoa humana (CF, art. 1º, III). O aplicador do direito, conseqüentemente, não poderá admitir qualquer conduta que venha a reduzir o menor à condição de coisa, retirando dele sua dignidade e o direito a um convívio familiar fundado no afeto. Dever-se-á encarar a criança e o adolescente como sujeitos de direito, que necessitam de uma proteção integral na convivência familiar, que é um direito fundamental deles para que possam ter um pleno desenvolvimento físico e psíquico, sua segurança emocional e sua realização pessoal. (DINIZ, 2006, p. 802 *apud* BASTOS, 2008, p. 69).

É possível encontrarmos nas práticas relatadas pelas alunas várias condutas que, conforme Diniz aponta, reduziam-nas à condição de coisa, desumanizando-as, e retirando delas a sua dignidade. A sua submissão ao sistema de poder familiar colocava cada uma delas como sujeitas às vontades de seus responsáveis, concedendo a eles poder

especialmente sobre seus corpos. Ao serem violentadas sexualmente, ao terem seus cabelos cortados curtos, ao terem seus rostos manchados com cocô, hematomas e cicatrizes de violência física, permanecem nelas cicatrizes emocionais tamanhas, que não condizem de forma alguma com o pleno desenvolvimento físico e psíquico que se almeja que a criança e o adolescente alcancem.

Bastos (2008, p. 70) afirma que o abandono afetivo ocorre “quando há um comportamento omissivo, contraditório ou de ausência de quem deveria exercer a função afetiva na vida da criança ou do adolescente”. O abandono afetivo, quer seja parental ou aquele exercido por quem tem a guarda da criança, muitas vezes outros familiares, como avós e tios, tem impactos negativos no desenvolvimento dos sujeitos.

Quanto ao abuso sexual infantil, Romero (2007, n.p.) apresenta a definição do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), da Universidade de São Paulo, para Violência Sexual Doméstica contra Crianças e Adolescentes:

Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Ressalte-se que, em ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de Violência Sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade... a Violência Sexual Doméstica é uma forma de erosão da infância. (ROMERO, 2007).

Esse padrão adultocêntrico evidencia as relações de poder que regem a relação adulto-criança, fazendo com que crianças e adolescentes estejam sujeitos a uma rede de práticas abusivas sustentadas numa dominação do adulto sobre eles que, por ser histórica, legitima práticas violentas, muitas vezes camufladas na alegação de correção e educação, como ocorre na imposição de castigos físicos, quando são justificados na tradição do bater: “quem ama corrige”.

Romero (2007) aponta que um aspecto do abuso sexual infantil é o fato de o abusador ser, em grande parte dos casos, uma pessoa conhecida ou um familiar da criança. Ela cita um estudo de Meichenbaum (1994), que aponta o padrasto como o maior agressor de meninas nos Estados Unidos e um estudo de Saffioti (1997) que aponta o pai biológico como o principal agressor no Brasil. Ela ainda ressalta a dificuldade em traçar um perfil único do abusador em virtude das especificidades de cada caso:

Sabe-se que os que vitimizam, em geral, são pessoas muito próximas das crianças e adolescentes, tanto em classes sociais favorecidas quanto nas não favorecidas, independentemente de fatores como escolaridade, condição intelectual e cultural. Esses aspectos tornam impossível criar um perfil único do agressor. No entanto, se por um lado os que vitimizam não se caracterizam por desvios aparentes ou acentuados, observa-se, em contrapartida, a existência de um aspecto marcante que é a incapacidade de cuidar e perceber as necessidades da criança (Silva, 2002). (ROMERO, 2007, n.p.).

Conforme constatamos até aqui, todos os abusos sexuais relatados pelas alunas participantes desta pesquisa foram cometidos por familiares seus, tais como, o pai biológico (Eliane), o padrasto (Carolina), o irmão (Vanessa), o tio (Eliane), o primo (Eliane) e o marido da tia (Edna).

Romero atenta ainda para a existência de um complô do silêncio em torno dessas práticas abusivas, que mantém em silêncio tanto os agentes das agressões quanto os sujeitos vitimizados, além dos outros membros da família, podendo perpetuar o abuso por várias gerações:

De acordo com Scodelario (2002), as razões para a manutenção desse complô estão relacionadas a várias possibilidades. No caso do silêncio do cônjuge não agressor encontramos algumas situações: medo do perpetrador, desejo de manutenção da unidade familiar, não aceitação da provável perda do companheiro, cumplicidade inconsciente que ocorre através da identificação com o agressor e fragilidade no que tange ao papel de protetor. Já no caso do silêncio da criança vítima, encontramos sentimentos de desproteção, temor de perder o afeto do agressor, receio de ser desacreditada e julgada culpada, medo de sofrer agressões ou ser retirada da família. Quanto maior a proximidade com o agressor (o pai biológico, por exemplo) mais a criança se cala. (ROMERO, 2007, n.p.).

Esse pacto de silêncio faz-se presente nos discursos das alunas da seguinte forma: no relato de Edna, ela diz que os abusos ocorreram até que ela conseguisse contar para alguém sobre as práticas: “quando criei coragem de contar para uma amiga”. Percebe-se que a aluna não tinha abertura para denunciar os abusos para aqueles com quem ela morava, precisando recorrer a uma amiga, uma pessoa que não fazia parte do núcleo familiar, para relatar os abusos. No caso de Carolina, abusada pelo padrasto, ela diz: “eu percebia aquela situação e eu não queria contar pra ela. Ela refere-se à mãe como alguém para quem ela não queria contar, o que levou a aluna a pedir para ir morar com o pai. A aluna Vanessa, por sua vez, diz: “ninguém sabe, da família, assim, eu nunca contei porque, tipo, às vezes a gente fica com vergonha, a mãe dele acho que não acreditaria”, também referindo-se a uma possibilidade de ser desacreditada pela mãe.

Devemos considerar a possibilidade de as mães dessas alunas também terem sido vítimas de violência doméstica. Araújo (2002, *apud* ROMERO, 2007) destaca um sentimento ambivalente dessas mães em relação a suas filhas vítimas de abuso sexual intrafamiliar: “Ao mesmo tempo em que sentem raiva e ciúme, sentem culpa por não fornecerem proteção”. Para a autora, quando essas mães negam e desmentem as filhas, ou as culpam pela sedução, elas estão tentando uma forma de defesa que lhes ajude a suportar o impacto da violência, desilusão e frustração. Porém, essa negação por parte das mães também pode ser indício de uma cumplicidade implícita, derivada de um conflito sexual entre o casal, passando a criança a desempenhar uma função sexual que não é dela. “O não acolhimento da verdade da criança pela mãe é uma das piores coisas que pode acontecer nos casos de abuso sexual, sendo mais freqüente quando a mãe também é uma vítima da violência familiar” (ROMERO, 2007, n.p.).

A esse respeito, Beauvoir (1967, p. 23) já concluía:

Ver-se-á adiante quanto são complexas as relações entre mãe e filha; a filha é para a mãe ao mesmo tempo um duplo e uma outra, ao mesmo tempo a mãe adora-a imperiosamente e lhe é hostil; impõe à criança seu próprio destino: é uma maneira de reivindicar orgulhosamente sua própria feminilidade e também uma maneira de se vingar desta.

Ressaltamos que, conforme percebemos, o abandono afetivo e o abuso sexual eram sofrimentos comuns às alunas apresentadas acima. Apesar de não relatar ter sido vítima de abuso sexual, entendemos a condição de Clarice, que precisou ir morar em um orfanato por causa do trabalho da mãe, como derivada do potencial de abuso sexual, visto que a ela foi negada a convivência com a mãe por causa do risco de ser abusada sexualmente. Assim, mesmo quando não foram vitimizadas pelo abuso sexual propriamente dito, suas vidas foram impactadas pela existência deste nos contextos em que viveram suas infâncias.

Considerações finais

Como educadores, é preciso atentarmo-nos para as necessidades específicas das mulheres que frequentam as aulas da Educação de Jovens e Adultos, e para que se obtenha sucesso numa empreitada tão multicultural, é necessária uma abertura ao novo. Fortemente influenciada por Paulo Freire, bell hooks afirma que qualquer um pode aprender a utilizar a educação como prática da liberdade, sendo essa uma tarefa mais fácil para os professores que não encaram que seu trabalho consiste apenas em partilhar informação, mas buscam participar do crescimento intelectual e espiritual dos alunos (hooks, 2013). Contudo, esse processo não é alcançado sem resistência dos professores. hooks salienta que independentemente de suas tendências políticas, nós, professores, tendemos a nos incomodar com o fato de os alunos quererem “ser vistos como seres

humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento" (hooks, 2013, p. 27).

Nas análises empreendidas acima, constatamos tais experiências complexas nas vidas das alunas da EJA e percebemos como os eventos ocorridos durante suas infâncias deixam marcas em suas vidas, o que pode refletir-se também em sua jornada quando voltam aos estudos por meio da EJA. Sendo a mulher um ser socialmente dominado pelo homem e, conseqüentemente, relegado a condições sociais menos favorecidas com relação a eles, o acesso à educação é uma das conquistas que podem contribuir para a libertação social da mulher. Por isso, a EJA consiste em uma possibilidade de mudança de vida para aquelas alunas que a frequentam.

Para que esse espaço de superação da exclusão social seja eficaz também para as alunas, é necessário que o sistema educacional tenha uma percepção acurada sobre a mulher e seu papel social, bem como saiba qual é a visão das próprias discentes quanto a esse seu papel. Entender o discurso das mulheres que frequentam as aulas da EJA sobre si mesmas e sobre outras mulheres é entrar em contato com uma autopercepção que pode ser decisiva para o seu sucesso ou para o seu fracasso no processo de ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BASTOS, E. F. A responsabilidade pelo vazio do abandono. In: BASTOS, E. F.; SOUSA, A. H. de (coord.). *Família e jurisdição II*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo 2: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

HARVEY, D. *Justice, nature and geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

ROMERO, K. R. P. dos S. *Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar*. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2007.

TITSCHER, S.; MEYER, M.; WODAK, R.; VETTER, E. *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: Sage, 2000.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.